



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural  
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. – CEASA/SC

# **CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**



## 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Carta Anual de Governança Corporativa é instrumento emitido anualmente e subscrita pelo Conselho de Administração da CEASA/SC, com o fim específico de divulgação atualizada das atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco dos dados econômico financeiros, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração da CEASA/SC, conforme definido na Lei nº 13.303/2016.

Conforme define o Artigo 8º da Lei nº 13.303/2016, a Carta Anual de Governança Corporativa deverá ter sua publicação na internet de forma permanente.

Com base na Lei nº 5.238, de 25 de junho de 1976, o Estado de Santa Catarina foi autorizado a participar da constituição, juntamente com a União Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, das Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A - CEASA/SC, sociedade de economia mista, com a finalidade de construir, instalar e explorar Centrais de Abastecimento. Fundada em 29 de setembro de 1976, a inauguração aconteceu no dia 18 de agosto de 1978.

Com base na Lei nº 7.539, de 30 de dezembro de 1988, o Estado ficou autorizado a receber, por doação, as ações ordinárias da CEASA/SC que pertenciam à União. Atualmente está vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

**Frequência:** *Anual.*

**Responsável:** *Diretoria e subscrição do Conselho de Administração.*



## 2. Atividades desenvolvidas

Os objetivos da CEASA/SC foram definidos no seu Estatuto Social, em resumo são;

- a) Executar a política de abastecimento de hortifrutigranjeiros e de outros produtos alimentícios do Estado de Santa Catarina;
- b) Constituir, construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados;
- c) Orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortifrutigranjeiros, outros produtos alimentícios, plantas e flores ornamentais, além de criar e desenvolver a bolsa de mercadorias e programas sociais;
- d) Participar dos planos, programas e projetos a nível municipal, regional, estadual e nacional, para a produção e abastecimento, promovendo e facilitando o intercâmbio com entidades do Setor;
- e) Propiciar aos produtores e consumidores informações regulares de mercados, sobre hortigranjeiros;
- f) Executar controle de qualidade, de classificação, de inspeção e de padronização de produtos hortifrutigranjeiros.

### **PROVISÃO DO PPA – SIGEF NO EXERCÍCIO 2023 – CEASA/SC**

| <b>Natureza da Receita</b>   | <b>Valores Previstos LOA 2023</b> | <b>Unidade</b> |
|--|-----------------------------------|----------------|
| Execução do Projeto de engenharia rodoviária para sistema viário interno e pátios de estacionamento da unidade | R\$ 4.446.304,79                  | São José       |
| Execução do Projeto executivo de estrutura metálica e cobertura do pavilhão 1                                  | R\$ 350.000,00                    | São José       |



|   |                         |          |
|---|-------------------------|----------|
| Execução do Projeto iluminação e circuito de tomadas do pavilhão 1  | R\$ 70.000,00           | São José |
| Execução do Projeto executivo de um galpão de armação de madeira  | R\$ 200.000,00          | São José |
| Execução do sistema de videomonitoramento   | R\$ 240.000,00          | São José |
| Execução do Projeto executivo de construção da calçada ao redor da unidade conforme notificação da Prefeitura | R\$ 300.000,00          | Blumenau |
| Execução do Projeto Pintura do prédio da administração, demarção do setor da pedra e portaria                 | R\$ 200.000,00          | Blumenau |
| Execução do Projeto executivo para construção de quatro novos box   | R\$ 300.000,00          | Tubarão  |
| <b>Valor total aproximado</b>   | <b>R\$ 6.105.304,79</b> |          |

**Este montante trata-se da projeção de obras para o exercício de 2023, podendo ser reajustado ao longo do tempo por determinação do Governo do Estado.**

| <b>Natureza da Receita</b>  | <b>Valores Base 2021</b> | <b>Unidade</b> |
|---|--------------------------|----------------|
| Receita Prestação de Serviços cobrança TPRU (Termo de Permissão Remunerada de Uso)                    | R\$ 3.121.572,48         | Todas          |
| Receita Prestação de Serviços cobrança TARU (Termo Autorização Remunerada de Uso) - Produtores Rurais | R\$ 2.220.351,14         | Todas          |



|                            |                         |       |
|----------------------------|-------------------------|-------|
| Taxa de Instalação-Lance   | R\$ 155.421,17          | Todas |
| Multas e Juros             | R\$ 180.283,86          | Todas |
| Rendimento Financeiro      | R\$ 228.134,42          | Todas |
| <b>Valor total Receita</b> | <b>R\$ 5.905.763,07</b> |       |

#### RELATÓRIO DESPESAS/RECEITAS CEASA/SC

| ANO  | RECEITAS            | DESPESAS         | RESULTADO         |
|------|---------------------|------------------|-------------------|
| 2021 | R\$<br>5.905.763,07 | R\$ 4.732.499,16 | R\$ 1.173.263,91  |
| 2020 | R\$<br>5.736.996,92 | R\$ 4.397.297,06 | R\$ 1.339.699,86  |
| 2019 | R\$<br>4.884.418,38 | R\$ 3.901.419,06 | R\$ 982.999,32    |
| 2018 | R\$<br>4.523.683,57 | R\$ 3.517.067,39 | R\$ 1.006.616,18  |
| 2017 | R\$<br>4.317.205,53 | R\$ 3.899.163,93 | R\$ 418.041,60    |
| 2016 | R\$<br>3.873.647,29 | R\$ 3.168.083,25 | R\$ 705.564,04    |
| 2015 | R\$<br>3.162.153,50 | R\$ 4.377.575,53 | -R\$ 1.215.422,03 |
| 2014 | R\$<br>2.786.374,09 | R\$ 3.205.637,56 | -R\$ 419.263,47   |
| 2013 | R\$<br>2.615.990,77 | R\$ 3.013.889,93 | -R\$ 397.899,16   |
| 2012 | R\$<br>2.184.876,29 | R\$ 2.544.473,19 | -R\$ 359.596,90   |
| 2011 | R\$<br>2.011.533,45 | R\$ 2.430.768,43 | -R\$ 419.234,98   |



### **3. Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco**

A CEASA/SC, em seu estatuto, prevê as Unidades Internas de Governança, composta por uma Auditoria Interna e área de conformidade e gerenciamento de riscos, porém em virtude do reduzido quadro de funcionários, principalmente especialistas, e de muitas mudanças de ordem estrutural, administrativa e governamental, ainda não se pôde concluir a total implantação dessas unidades na estrutura da empresa, porém a CEASA/SC caminha num processo de adequação e melhoria.

Assim, através da Portaria 32/2020, a empresa instituiu na sua estrutura a função de Controladoria Interna e Ouvidoria, unidade que tem por base as ações previstas no estatuto, no que se refere a Unidade Interna de Governança, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de controle, prevenção e correção dos riscos.

Na Assembleia Ordinária de 25/06/18, foi aprovada a reforma estatutária da empresa, com o objetivo de adequação a lei 13.303/16, Decreto Estadual 1.007/16 e 1.484/18, cria-se assim o Comitê de Elegibilidade, órgão colegiado, independente, de caráter permanente, opinativo com a finalidade de verificar a conformidade do processo de indicação de membros para compor o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da empresa.

Desse modo, a empresa busca estar cada vez mais adequada aos processos voltados a uma política de Governança e Compliance. Prova disso, foi o compromisso que a CEASA/SC estabeleceu com o Governo do Estado quando optou por Participar do Programa de Integridade e Compliance, e assim construir este Plano de Integridade, que envolve a diretoria executiva, gerências, setores, com a participação do ponto focal do programa, todos responsáveis por desenvolver, implantar e acompanhar esse projeto.

Dentro das diretrizes desse Plano de Integridade, além das medidas de tratamento dos riscos, inclui a conclusão do Planejamento Estratégico da



empresa, revisão do seu Regimento Interno, Elaboração do Organograma, Implantação do novo Plano de Cargo e Salários, processo já em andamento no Grupo Gestor do Estado. Visto que são medidas a serem concluídas e que trazem uma melhoria no processo organizacional como um todo, e automaticamente influenciadores no andamento deste Plano de Integridade.

As medidas de tratamento para cada risco serão implantadas pelos setores/áreas responsáveis, com o acompanhamento do Ponto focal, Instância aprovadora e Consultora. O processo de monitoramento, atualização e avaliação, que tem por objetivo o controle do adequado andamento do Plano de Integridade, terá execução periódica, à medida que cada risco receber o tratamento, será avaliado o alcance da resolução dos problemas.

Assim, tendo por foco o alcance de melhores resultados, a empresa planeja algumas medidas como: Treinamento para a Diretoria, Gerentes e demais colaboradores envolvidos, com foco na melhoria de processos, tomada de decisões, elaboração de cada etapa para o tratamento dos riscos de integridade, bem como a identificação e tratamento para novos que possam surgir. Melhoria nos processos de comunicação, envolvimento das áreas técnicas na atividade fim da empresa, com foco na responsabilização e comprometimento dos envolvidos, principalmente nas atividades em que a empresa pode sofrer sanções e fiscalização interna e externa.

O monitoramento deste Plano de Integridade ocorrerá através da avaliação da aplicação das medidas de tratamento para cada risco, numa programação trimestral. Onde o Agente Executor e Ponto Focal, apresentarão um relatório do andamento ao Diretor Presidente. Quando necessário, ocorrerá uma avaliação para cada risco, visto que a medida de sofrerem tratamento outros riscos podem surgir, nessa situação, novas medidas de tratamento serão definidas, apresentadas através de relatório ao dirigente máximo da empresa.

Este plano de Integridade terá validade de 12 meses, sendo reavaliado no final desse período, onde será observado a resolução de cada risco, verificado os que ainda precisam de atenção, o surgimento de novos, mudanças legais,



administrativas e estruturais que influenciaram na resolução dos problemas, e assim construir um novo Plano de Integridade, visto que o objetivo é a melhoria contínua.

Visando uma melhor transparência para avaliação dos atos que envolvem os registros contábeis e ações dos gestores no sentido de subsidiar e auxiliar os membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração na análise e parecer sobre a tomada de contas anual, bem como atender a legislação vigente, faz-se necessária a contratação de Auditoria Externa especializada e credenciada para avaliação e emissão de parecer sobre as Demonstrações Contábeis referente ao exercício fiscal da CEASA/SC.

A contratação usa a seguinte especificação técnica:

- Exames do balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, demonstração do fluxo de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas;
- Exames de demonstrações que por exigência legal ou regulamentar devam ser submetidos a auditores independentes, inclusive para registro de emissão de ações oferecidas à subscrição pública;
- Exame e revisão das declarações, SPED ECD e ECF do ano calendário de 2020;
- Assistência às Assembleias Gerais de Acionistas que se realizarem na vigência do Contrato;
- Assistência Contábil/Fiscal em geral;
- Acompanhamento do balanço de publicações;
- Apresentação do parecer de auditoria, com as recomendações necessárias

#### **4. Fatores de risco**

##### **4.1 Contexto externo**

Riscos econômicos: Disponibilidade de capital, concorrência, inadimplência;

Riscos socioambientais: Emissões e dejetos, energia, sustentabilidade;

Riscos tecnológicos: Comércio eletrônico, tecnologias emergentes;

Riscos naturais: Desastres naturais;





Riscos legais e moratórios: Multas, sanções aplicadas por órgãos reguladores;

#### 4.2 Contexto interno

Riscos financeiros: Acesso ao capital, disponibilidade de bens, falta de liquidez;

Riscos de pessoal: Capacidade dos empregados, atividade fraudulenta, saúde e segurança;

Riscos tecnológicos: Conformidade de dados, software integração, manutenção;

Riscos de imagem: Exposição negativa em meios de comunicação;

Riscos legais e regulatórios: Legislação, política pública, suspensão de licenças, regulamentos.

### 5. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

Em atendimento à Lei Federal 13.303/16 e à Lei Estadual 1.007/16, a CEASASC finalizou a elaboração de todos os documentos que apresentam as metas e indicadores, junto com o planejamento estratégico de longo prazo, em dezembro de 2022. Anteriormente não havia dados para serem mensurados.

### 6. Políticas e práticas de governança corporativa

Em atendimento à Lei Federal 13.303/16 e a Lei Estadual 1.007/16, a CEASA está estruturando sua área meio para que possa trabalhar na elaboração de um Código de Conduta. Entretanto, independentemente da existência de tal documento, a empresa já possui algumas iniciativas que vão ao encontro dos pilares da governança pública.

Desse modo, a empresa alia seus objetivos estratégicos a um plano de trabalho com base na transparência, ética, probidade, integridade, buscando a



prevalência do interesse público. Voltada ao combate e a prevenção à corrupção, e aos desvios em todas as formas e contextos, onde a integridade deve ser considerada como o princípio orientador na tomada de decisões e na prevenção de risco.

Nesse contexto, a Central de Abastecimento do Estado conta com o apoio de todas as partes interessadas, colaboradores, usuários, fornecedores, estagiários e cidadãos, para implantarmos uma administração pautada numa postura de integridade, orientados por princípios éticos e morais.

A CEASA/SC possui em sua estrutura os seguintes órgãos e práticas de governança corporativa que está descrito no Estatuto Social e suas Regras Gerais dos Órgãos Estatutários.

Art. 15. A empresa terá Assembléia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

- I. **Conselho de Administração**
- II. **Diretoria Executiva**
- III. **Conselho Fiscal**
- IV. **Comitê de Elegibilidade**

Art. 16. A empresa será administrada pelo Conselho de Administração, como órgão de orientação superior das atividades da empresa e pela Diretoria Executiva.

## **7. Descrição da composição e da remuneração da administração**

A remuneração da Diretoria e dos Conselheiros de administração são estipulados e tabelados pelo Governo do Estado, portanto, não seguem critérios desenvolvidos pela empresa. O normativo que regulamenta a remuneração da Diretoria Executiva, Resolução CPF nº22 de 2017, prevê que o valor da remuneração destes é fixado pelo Conselho de Política Financeira (CPF).

Nele está definido também que “A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da CEASA/SC não excederá a 10% (dez por



cento) da remuneração mensal média dos Diretores da CEASA/SC, excluídos os valores relativos, eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie nos lucros da empresa. Dentre algumas de suas políticas de acompanhamento e controle, vale ressaltar as seguintes:

- É vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembléia Geral.
- É vedada a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de 2 (dois) conselhos, de administração ou fiscal.
- Os honorários da Diretoria Executiva compreendem os Honorários Básicos e a Gratificação de Representação.
- Somente fará jus à remuneração o conselheiro fiscal que comparecer, no mínimo, a uma reunião mensal.

A CEASA/SC, atendendo das diretrizes da Lei Federal 13.303 bem como as orientações da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, publica anualmente, através de seu Relatório Anual de Gestão, a remuneração acumulada de seus Administradores. A tabela abaixo se refere ao exercício do ano de 2017 (ano referência de seu último relatório):

A remuneração paga aos administradores, nos três últimos exercícios, está representada nas tabelas a seguir:

| R\$                                     | Exercício: 2021   |
|---|-------------------|
| Cargo                                   | Remuneração Anual |
| Diretoria:                              | 322.272,25        |
| Presidente (jan-jun)                    | 48.706,00         |
| Presidente (jun-dez)                    | 67.638,74         |
| Diretor (a) Administrativo e Financeiro | 102.175,97        |
| Diretor (a) de Apoio Operacional        | 103.751,54        |
| Assessoria:                             | 150.526,56        |
| Assessor (a) Jurídico (jan-ago)         | 45.283,34         |



|                                 |                   |
|---------------------------------|-------------------|
| Assessor (a) Técnico (jan-fev)  | 13.841,66         |
| Assessor (a) Técnico (mar-maio) | 18.608,33         |
| Assessor (a) de Comunicação     | 72.793,23         |
| <b>Conselho Fiscal:</b>         | <b>29.149,89</b>  |
| Conselheiro (a)                 | 9.707,64          |
| Conselheiro (a) (jan-set)       | 6.849,28          |
| Conselheiro (a)                 | 9.707,64          |
| Conselheiro (a) (set-dez)       | 2.885,33          |
| <b>Total</b>                    | <b>501.948,70</b> |

| R\$  | Exercício: 2020   |
|--|-------------------|
| Cargo                                      | Remuneração Anual |
| <b>Diretoria:</b>                          | <b>347.229,48</b> |
| Presidente                                 | 114.979,58        |
| Diretor (a) Administrativo e Financeiro    | 95.061,98         |
| Diretor (a) Técnico (jan-maio)             | 33.783,29         |
| Diretor (a) de Apoio Operacional (jan-jul) | 57.754,35         |
| Diretor (a) de Apoio Operacional (jul-dez) | 45.650,28         |
| <b>Assessoria:</b>                         | <b>195.567,28</b> |
| Assessor (a) Jurídico (jan-jun)            | 28.031,18         |
| Assessor (a) Jurídico (jul-dez)            | 35.750,00         |
| Assessor (a) Técnico                       | 67.375,00         |
| Assessor (a) de Comunicação (jan-jun)      | 28.661,10         |
| Assessor (a) de Comunicação (jul-dez)      | 35.750,00         |
| <b>Conselho Fiscal:</b>                    | <b>29.122,92</b>  |
| Conselheiro (a)                            | 9.707,64          |
| Conselheiro (a)                            | 9.707,64          |
| Conselheiro (a)                            | 9.707,64          |
| <b>Total</b>                               | <b>571.919,68</b> |



| R\$                              | Exercício:        | 2019 |
|----------------------------------|-------------------|------|
| Cargo                            | Remuneração Anual |      |
| Diretoria:                       | 315.496,09        |      |
| Presidente (jan-ago)             | 69.925,58         |      |
| Presidente (ago-dez)             | 44.418,13         |      |
| Diretor (a) Técnico              | 100.576,19        |      |
| Diretor (a) de Apoio Operacional | 100.576,19        |      |
| Conselho Fiscal:                 | 29.122,92         |      |
| Conselheiro (a) (jan-jul)        | 5.662,79          |      |
| Conselheiro (a) (jan-jul)        | 5.662,79          |      |
| Conselheiro (a) (jan-jul)        | 5.662,79          |      |
| Conselheiro (a) (ago-dez)        | 4.044,85          |      |
| Conselheiro (a) (ago-dez)        | 4.044,85          |      |
| Conselheiro (a) (ago-dez)        | 4.044,85          |      |
| <b>Total</b>                     | <b>344.619,01</b> |      |